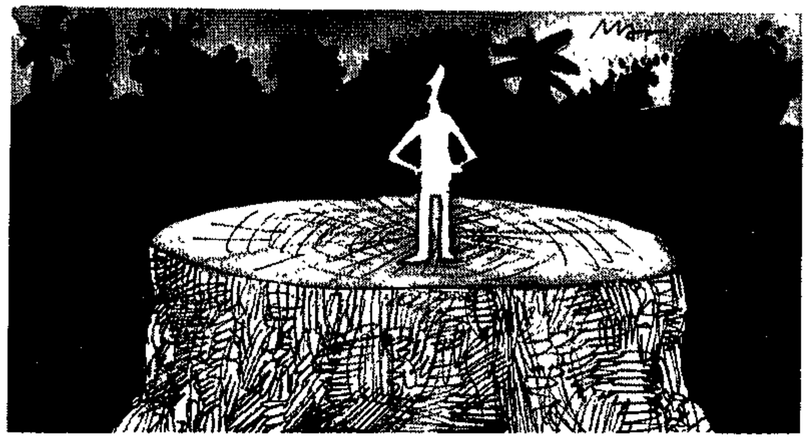
Madeireiras na Amazônia

Paulo R. Haddad

De quando em vez, os meios de comunicação têm anunciado o crescente interesse das grandes indústrias madeireiras asiáticas em explorar economicamente as reservas florestais da Amazônia. Chegam com propostas de exploração racional das reservas existentes e, ao mesmo tempo, demonstram a sua inequívoca eficiência em produzir e comercializar, em escala internacional, os produtos derivados desta exploração.

As florestas tropicais úmidas da Amazônia, que compreendem cerca de 40% das florestas tropicais remanescentes no planeta, são caracterizadas por sua grande biodiversidade, que abrange tanto a riqueza de ecossistemas quanto as espécies e a diversidade genética dentro de uma mesma espécie.

Na Floresta Amazônica, são conhecidas mais de 2,5 mil espécies de árvores (contra 50 espécies nas florestas temperadas da França, por exemplo); sendo que se observa em 1 hectare mais de 100 a 300 espécies de árvores, dependendo do sítio e do diâmetro mínimo de caule escolhido como limite inferior para a amostragem. Apesar desta elevada produtividade primária natural das florestas tropicais úmidas, esses ecossistemas são bastante



É PRECISO ANALISAR COM CAUTELA TÉCNICA E SABEDORIA POLÍTICA OS PROJETOS DE EXPLORAÇÃO DAS RESERVAS FLORESTAIS DA AMAZÔNIA

frágeis, uma vez que sua produtividade e estabilidade ao longo do tempo dependem de processos de reciclagem dos nutrientes, cuja eficiência está relacionada com a biodiversidade e a complexidade estrutural da própria floresta.

Desde a divulgação do relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1992 até os dias de hoje, não se pode afirmar que tenham ocorrido novos e decisivos fatores determinantes de um padrão de ocupação econômica e social da Amazônia capazes de modificar os impactos ambientais adversos observados desde os anos 70. Na verdade se não houve um aprofundamento da degradação do ecossistema da região, isto se deve mais à relativa estagnação econômica do País, que tem reduzido os investimentos diretamente produtivos nos últimos anos; à crise fiscal e financeira do Estado, que minimizou os gastos com a expansão da infra-estrutura econômica regional; à redução, em termos reais, da disponibilidade de incentivos fiscais e do crédito rural; tudo isso, evidentemente, além da pressão política que a opinião pública nacional e internacional vem exercendo entre as autoridades do País para que promovam uma utilização econômica mais racional dos recursos naturais, renováveis e não-renováveis, da região.

Entretanto, este não é um desafio fácil de ser superado técnica e politicamente, uma vez que há vários conflitos de interesse que permeiam as posições dos diferentes atores sociais com alguma participação relevante nos destinos da região: diferentes segmentos da comunidade nacional; das comunidades regionais; das organizações internacionais, etc., de natureza governamental e não-governamental. Neste sentido, ao se formularem políticas de desenvolvimento para a Amazônia neste limiar do século 21, há de se ter em mente o fato de que não há soluções únicas e inquestionáveis para as questões que se apresentam em cada etapa de seu processo de desenvolvimento econômico e social.

De qualquer forma, a experiência histórica nos leva a analisar e a avaliar, com extrema cautela técnica e sabedoria política, a eventual presença de grandes projetos de investimento na exploração, ainda que "racional", das reservas florestais da Amazônia.

Paulo R. Haddad
é economista e ex-ministro de Fazenda e Planejamento

Documentação
25/11/96
2826